

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Antonio Siufi Neto

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3818/2019-PGJ, DE 15.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes para participar da 1ª Reunião Ordinária de 2019 do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal, GNCCRIM, que se realizará no dia 29 de outubro de 2019, em Brasília, DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3798/2019-PGJ, DE 14.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, a ser usufruído no dia 18.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3815/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3624/2019-PGJ, de 30.9.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
5 e 6.10.2019	PJ de Água Clara	Felipe Almeida Marques	99312-6009
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
10 a 13.10.2019	PJ de Bandeirantes	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99262-5572

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
5 e 6.10.2019	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
10 a 13.10.2019	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3816/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 3564/2019-PGJ, de 26.9.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de outubro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
2 (18h01min) a 9.10.2019 (7h59min)	1ª	José Antonio Alencar	98478-2087
16 (18h01min) a 23.10.2019 (7h59min)	3ª	José Aparecido Rigato	98478-2087

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
2 (18h01min) a 9.10.2019 (7h59min)	3ª	José Aparecido Rigato	98478-2087
16 (18h01min) a 23.10.2019 (7h59min)	1ª	José Antonio Alencar	98478-2087

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3817/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3459/2019-PGJ, de 19.9.2019, que concedeu ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, na parte onde consta: “nos períodos de... e 9 a 16.9.2019”; para que passe a constar: “nos períodos de ... e 30.9 a 7.10.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3819/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Aparecida do Taboado, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Deodápolis, no dia 16.10.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3820/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9.10 a 7.11.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e suspender, no período de 5 a 7.11.2019, as férias que lhe foram concedidas pela Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3821/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 12º Promotor de Justiça de Campo Grande, Rodrigo Yshida Brandão, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 2ª Vara Criminal Residual da referida Comarca, no dia 16.10.2019, referente aos Autos nº 0010157-97.2015.8.12.0001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3822/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1927/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão que seria usufruída no dia 4.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3823/2019-PGJ, DE 15.10.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar as Promotoras de Justiça Luciana do Amaral Rabelo e Camila Augusta Calarge Doreto para participarem do “X Encontro Nacional de Promotores de Violência Doméstica”, a ser realizado nos dias 13 e 14.11.2019, no Ministério Público do Estado do Amazonas, em Manaus/AM.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 40/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003250-7** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bataguassu - Assunto: Apurar eventual recusa da rede pública estadual em disponibilizar o leite 'Hidrolisado Proteico (Neocate)', prescrito por pediatra, para I. G. M.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000771-1 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000670-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edison Narcizo Nepomuceno - Assunto: Apurar vulnerabilidades constatadas na nascente localizada na fazenda Buritizal, no município de Chapadão do Sul. **Advogado: Renato K. Dias de Souza, OAB/MS nº 11.878 (RENATO DIAS Advocacia).**
- 4) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000828-8 (Sigiloso)** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande.
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001025-7 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogado: José Manuel Marques Candia, OAB/MS nº 7.116-B.**
- 6) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001860-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juliano Crestani - Assunto: Apurar a construção de uma rampa de lançamento de barcos, na Chácara São Romão, Lote nº 06, situada às margens do Rio Coxim, nesta Cidade, sem autorização ambiental. (IC nº 034/2015, migrado para o SAJMP).
- 7) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000654-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Prefeitura do Município de Anastácio e Rosana Alves da Silva - Assunto: Apurar a nomeação da pessoa de Rosana Alves da Silva, servidora pública estadual, no município de Anastácio, sem o devido termo de cedência.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001358-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Álvaro Sant'Anna de Oliveira Júnior - Assunto: Visando apurar patrimônio incompatível com a função. (IC nº 005/2010, migrado para o SAJMP).
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2017.00001994-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Max Antônio Souza Moraes - Assunto: Apurar possível degradação ambiental (processos erosivos) na área de preservação permanente do "córrego desbarrancado", localizado na fazenda Santo Onofre, em Guia Lopes da Laguna/MS. **Advogados: Sérgio Silva Muritiba, OAB/MS nº 8.423, Niotom Ribeiro Chaves Júnior, OAB/MS nº 8.575 e Carla Guedes Cafure, OAB/MS nº 12.060.**
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2017.00002159-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Extinguir as situações jurídico-administrativas de desvio de função na estrutura administrativa do município de Coxim.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000697-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alfreu Silva - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa do investigado, que em teses não teria aplicado o índice mínimo legal quanto à remuneração de professores em efetivo exercício no ensino fundamental, enquanto prefeito do município de Dois Irmãos do Buriti. (IC nº 04/2004, migrado para o SAJMP).
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000961-7** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: PMs Ivo Sanchez Vaz e Odair Lopes Cabral - Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa praticado por policiais militares durante abordagem à indivíduo.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002242-0** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: 32ª Promotoria de Justiça da Saúde de Campo Grande - Requeridas: Fundação Carmem Prudente de Campo Grande, Santa Casa de Campo Grande, Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS e a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul-SES/MS - Assunto: Apurar fechamento dos serviços de oncologia pediátrica no Hospital de Câncer Alfredo Abrão e Santa Casa de Campo Grande. (IC nº 74/2015, migrado para o SAJMP).
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002851-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a possível ocorrência de danos ambientais oriundos da instalação e operabilidade de empreendimentos hidrelétricos situados na sub-bacia hidrográfica do rio Correntes, em Sonora/MS, bem como os efeitos da inexistência de Estudo de Impacto Cumulativo e Sinérgico de tais empreendimento.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000437-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar eventual irregularidade na Carta Convite nº 021/2009 - Processo Administrativo nº 27/2009.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2019.00001179-3** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema - Requerentes: Eliane Taroco Schulter e Juliani Aparecida dos Santos Felippi - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente na utilização de salas multisseriadas para os alunos do 3º e 4º anos, do Ensino Fundamental na Escola José do Patrocínio, extensão da escola agrícola, localizada na Gleba Ouro Verde, Zona Rural, Ivinhema/MS.
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002035-5 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.
- 6) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001128-9** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar os critérios utilizados pelo município de Ponta Porã, para custear o transporte de universitários para as instituições de ensino superior situadas no município de Dourados/MS. (IC nº 39/PPS/2015/PJPP, migrado para o SAJMP).

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001026-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aquidauana/MS - Assunto: Apurar possível inconstitucionalidade da Lei nº 2.257/2012, que transforma área rural em área de expansão e dá outras providências, bem como possível irregularidade ambiental do Loteamento Sossego dos Pacus (ala nordeste), localizado no Distrito de Palmeiras.
- 2) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000790-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Gustavo de Oliveira Lima - Assunto: Apurar o corte na fazenda Terra Nova de 6 (seis) toras e 12 (doze) pranchas de madeira da espécie “Faveiro” sem autorização do órgão ambiental competente.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000432-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar eventual irregularidade na Dispensa de Licitação nº 003/2011 - Processo Administrativo nº 036/2011.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000995-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar se houve a venda ou a transferência irregular de lotes situados no assentamento “Carlos Roberto Soares de Melo”, localizado na cidade de Sonora/MS. (IC nº 17/2011, migrado para o SAJMP).
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003272-9** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e Samuel Fialho de Araújo - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Investigar violação ao princípio da impessoalidade na execução da Lei Municipal nº 4.003 de 23 de dezembro de 2013, com relação à permissão de uso de áreas de lojas e unidades comerciais. (IC nº 20/PPS/2014/PJPP, migrado para o SAJMP).

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001053-5** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL - Assunto: Apurar eventual desvio de função de servidor comissionado lotado na Gerência Regional da empresa SANESUL na cidade de Aquidauana/MS, bem como a eventual criação irregular de cargo por meio de ato infraconstitucional.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002714-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edismar Martins Pereira - Assunto: Apurar o desmatamento de

duas áreas somando 33,67 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na fazenda São Joaquim, situada em Alcínópolis, de propriedade de Edismar Martins Pereira, conforme Parecer nº 854/17 do NUGEO. **Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho, OAB/MS nº 8.547-B.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000658-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público - Requeridos: Alfreu Silva e Antônio Rodrigues de Souza - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresa para a locação de ônibus pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti, tendo por objeto o transporte de alunos no Assentamento Marcos Freire, sem os devidos procedimentos instituídos pela Lei n. 8.666/93. (IC nº 05/2003, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002201-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura do Município de Anastácio - Assunto: apurar a ocorrência de ilegalidade na cobrança da taxa de coleta de lixo, pela Prefeitura do Município de Anastácio.

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002638-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Vanilton de Melo Galdino e Wallas Gonçalves Milfont - Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na construção de gabinetes para os vereadores do município de Itaporã à míngua do devido e regular procedimento licitatório.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002913-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ramão Ney de Magalhães - Assunto: Apurar atendimento às regras de acondicionamento e trato com agrotóxicos e suas embalagens, por parte da fazenda Rancho Amambai.

3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001991-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jácomo Dagostin - Assunto: Apurar eventual degradação ambiental ocorrida na área de preservação permanente do Rio Santo Antônio, no local conhecido como Passo do Touro, em Guia Lopes da Laguna/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001332-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Alcínópolis e o Município de Coxim - Assunto: Apurar possível má conservação da estrada municipal localizada na divisa dos Municípios de Coxim e Alcínópolis (Manifestação nº 11.2016.00004825-6). (IC nº 04/2017, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003535-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sistema Integrado de Saúde - Medical Center - Assunto: Apurar notícia encaminhada pela 4ª PJ local de que a MEDICAL CENTER, sito na Rua João Dantas Filgueiras, nº 1.185, bairro São Carlos, nesta cidade de Três Lagoas, não cumpre os objetivos de uma ASSOCIAÇÃO sem fins lucrativos, como consta em seu Estatuto, promovendo, por conseguinte, lesão ao erário. (IC nº 19/2016, migrado para o SAJMP). **Advogadas: Andriela de Paula Queiroz Aguirre, OAB/MS nº 12.365-A, Miliana Keila Ferreira Luz, OAB/MS nº 12.741 e Gislaine Garcia Moreira, OAB/MS nº 19.682.**

6) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000813-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Charles Rodrigo Pedro de Souza - Assunto: apurar ocorrência de dano ambiental na fazenda Taquara, cito arrendamento do Sr. Charles Rodrigo Pedro de Souza.

7) Inquérito Civil nº 06.2017.00001214-0 - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades por agentes penitenciários na fiscalização do cumprimento da pena pelos internos custodiados na Unidade Penal Masculino de Regime Fechado Ricardo Brandão.

8) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001398-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta ausência de profissional responsável habilitado pelo CRF/MS na empresa Ivone Maria de Freitas ME - Mega Farma, instalada no município de Anastácio.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001698-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paraíso das Águas/MS - Assunto: Apurar contratação de servidores temporários, fora das hipóteses constitucionais e legais permitidas, por parte do município de Paraíso das Águas/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002484-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades na desclassificação do processo tomada de preços 057/2015 da pessoa jurídica Adia Antonio Boniatti Junior, bem como na habilitação das pessoas jurídicas Armento Concursos Ltda. e Vale Consultoria e Assessoria Ltda. (IC nº 04/2016, migrado para o

SAJMP).

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000334-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação sem concurso público - cargo dentista.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000588-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Carlos de Castro Neto - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 286,37 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, no interior do imóvel rural fazenda São Lourenço, CARMS 20471, pertencente a Carlos de Castro Neto, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de eventual reparação do dano ambiental pretérito. **Advogado: Wilson Carlos Marques, OAB/MS nº 10.912 (MARQUES & MARQUES Advocacia e Consultoria S/S).**

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003528-1 - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sete Quedas/MS - Assunto: Apurar possíveis irregulares consistentes na omissão do município de Sete Quedas no que tange ao transporte escolar na área rural. (IC nº 03/2015, migrado para o SAJMP).

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002454-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogado: Luiz Henrique Volpe Camargo, OAB/MS nº 7.684.**

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001691-8 - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na dispensa de licitação para a contratação, em caráter emergencial, de empresa para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, pelo município de Ponta Porã, no ano de 2013. **Advogada: Christiane da Costa Moreira, OAB/MS nº 9.673.**

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002940-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa decorrente de omissão/retardamento no ajuizamento de ação de execução de multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul a ex-Presidente da Câmara Municipal de Bandeirantes/MS, que acarretou a prescrição da sanção. (IC nº 04/2016, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002522-8 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogado: Luiz Henrique Volpe Camargo, OAB/MS nº 7.684.**

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000603-5 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **Advogado: Newton Nascimento de Moraes, OAB/MS nº 15.326.**

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000273-9 - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bataguassu - Assunto: Apurar suposta negligência do Poder Público Municipal de Bataguassu no que tange ao tratamento do adolescente T.F. de L.S.

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000581-4 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001211-8 - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na fiscalização da pena na Unidade Penitenciária de Regime Semiaberto e Aberto de Ponta Porã/MS.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002680-5 - 67ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 8º Serviço Notarial de Campo Grande - Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 8º Serviço Notarial de Campo Grande. **Advogado: Herick Berger Leopoldo, OAB/SP nº 225.927 (BBC Advogados Associados), Advogado: Evandro Mombrum de Carvalho, OAB/MS nº 4.448 (MOMBRUM DE CARVALHO Advogados Associados)**

8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000495-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a licitude do Processo Administrativo nº 010/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2019, e do Contrato Administrativo nº 05/2019, celebrado pelo município de Anastácio.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003223-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Bandeirantes e Almeida & Omena Ltda. - Assunto: Apurar possíveis irregularidades decorrentes da não submissão de parte da frota de veículos de transporte

escolar, oficiais e terceirizados, que circulam no Município de Bandeirantes, à vistoria pelo DETRAN, em desconformidade com a legislação vigente. (IC nº 14/2016, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002481-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Francisco Boschetti - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da utilização de máquinas na Área de Preservação Permanente localizada na fazenda Urumbaba, de propriedade de Francisco Boschetti. (IC nº 08/2015, migrado para o SAJMP). **Advogado: Jorge Severino, OAB/MS nº 19.052.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002526-1 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **Advogado: Lincoln Ben Hur, OAB/MS nº 12.026 (BEN HUR Advogados Associados S/S).**

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001407-9 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000968-3 - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Ponta Porã e Zilda dos Santos Fortes-ME - Assunto: Apurar suposta irregularidade no Pregão Presencial nº 0078/2017 destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições ao município de Ponta Porã.

Campo Grande, 16 de outubro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 24/CGMP/2019

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que por necessidade de serviço, a **data da visita correccional** do Corregedor-Geral nas **Promotorias de Justiça de Ivinhema** foi alterada para o dia **22 de outubro de 2019**.

Campo Grande, 16 de outubro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000142-9

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2019-CGMP/MS, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 154/2016-CNMP e a atuação do Promotor de Justiça com atribuição na área do idoso na realização de visita de inspeção com periodicidade anual em instituição de longa permanência para idosos.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 18, X e XXXVII, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a finalidade de regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o disposto no art. 1º da Resolução nº 154, de 13 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

Art. 1º O membro do Ministério Público com atribuição na defesa dos direitos da pessoa idosa deve inspecionar, pessoalmente, as instituições que prestem serviços de longa permanência a idosos, com periodicidade mínima anual, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior.

Art. 2º O órgão de execução poderá utilizar uma equipe multidisciplinar para prestar assistência técnica aos membros do Ministério Público, durante a fiscalização das entidades, conforme a disponibilidade de profissionais habilitados.

§ 1º A equipe referida no *caput* será composta por, no mínimo, 1 (um) assistente social, 1 (um) psicólogo e 1 (um) arquiteto ou engenheiro.

§ 2º Em caso de indisponibilidade parcial dos profissionais mencionados no § 1º deste artigo, poderão os membros do Ministério Público valer-se do(s) profissional(is) que esteja(m) disponível(is) para que este(s) preste(m) assistência em sua área de atuação.

§ 3º A indisponibilidade total de profissionais das áreas mencionadas no § 1º deste artigo não exime os membros do Ministério Público atuantes na defesa dos direitos da pessoa idosa do dever de realizar as inspeções.

§ 4º O membro do Ministério Público, na impossibilidade de realizar pessoalmente todas as inspeções referidas no art. 1º desta Instrução Normativa, poderá, de forma justificada, determinar que a inspeção seja realizada pela equipe interdisciplinar ou por um dos profissionais habilitados, mediante remessa de relatório preliminar para posterior apreciação pelo órgão de execução.

Art. 3º São finalidades da inspeção:

- I – zelar pela efetividade e qualidade do serviço prestado;
- II – zelar pela observância, nos equipamentos disponibilizados, das normas relativas à política de assistência à pessoa idosa;
- III – identificar eventuais situações de violação dos direitos humanos dos usuários.

Art. 4º As condições das unidades inspecionadas devem ser objeto de relatório a ser enviado à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso, até o dia 15 (quinze) do mês de abril, no qual serão registradas as providências adotadas, sejam judiciais ou administrativas.

§ 1º O relatório conterá dados sobre:

- I – classificação, regularização formal, instalações físicas, recursos humanos, capacidade e ocupação da unidade inspecionada;
- II - regularização dos serviços das entidades de atendimento, com os necessários registros e inscrições perante o Conselho Municipal de Assistencial Social (CMAS) e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI);
- III – cumprimento, pela unidade, das normas e orientações estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- IV – a existência de violações a direitos humanos dos usuários;
- V – considerações gerais e outros dados reputados relevantes.

§ 2º O relatório da visita de inspeção poderá ser elaborado mediante o preenchimento do formulário confeccionado pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e disponível no portal do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso.

§ 3º O formulário deverá indicar eventual alteração, inclusão ou exclusão adotada após a última remessa de dados, especialmente as medidas de iniciativa da Promotoria de Justiça.

Art. 5º Os membros do Ministério Público deverão adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à implementação das Políticas Nacional, Estadual ou Municipal para a pessoa idosa, especialmente quanto aos serviços, programas, projetos e benefícios a ela destinados.

Art. 6º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 15 de outubro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002648-6.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/2019/CGMP/MS 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aplicação da Recomendação nº 60/2017-CNMP e a necessidade da realização de visita de inspeção com periodicidade anual nas unidades que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelo Promotor de Justiça.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 18, X e XXXVII, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e, com a finalidade de regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o disposto no art. 1º da Recomendação nº 60, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

Art. 1º O membro do Ministério Público com atribuição na defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua deve inspecionar, com periodicidade mínima anual, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior, as unidades que executam os seguintes serviços socioassistenciais:

- I – Serviço Especializado em Abordagem Social;
- II – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- III – Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades de Abrigo Institucional e de Casa de Passagem;
- IV – Serviço de Acolhimento em República.

Parágrafo único. Nos municípios em que os serviços e equipamentos destinados à população em situação de rua não atenderem à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições, deverá promover as medidas destinadas à sua implantação, nos termos das normas reguladoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e visitar os serviços e equipamentos existentes, na forma da Recomendação nº 60, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Art. 2º As condições das unidades que executam os serviços socioassistenciais, constatadas durante a inspeção, devem ser objeto de relatório a ser enviado à Corregedoria-Geral até o dia 15 (quinze) do mês de abril, no qual serão registradas as providências adotadas, sejam estas judiciais ou administrativas.

Parágrafo único. O relatório conterá dados sobre:

- I – classificação, instalações físicas, recursos humanos, capacidade e ocupação da unidade inspecionada;
- II – cumprimento, pela unidade, do plano de trabalho para execução dos serviços socioassistenciais;
- III – cumprimento, pela unidade, das normas e orientações estabelecidas pelo Ministério da Cidadania e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- IV – a existência de violações a direitos humanos dos usuários;
- V – considerações gerais e outros dados reputados relevantes.

Art. 3º São finalidades da inspeção:

- I – zelar pela efetividade e qualidade do serviço socioassistencial prestado;
- II – zelar pela observância, nos equipamentos socioassistenciais, dos postulados das normas relativas à assistência social;
- III – identificar eventuais hipóteses de violação dos direitos humanos dos usuários.

Art. 4º O órgão de execução poderá utilizar uma equipe multidisciplinar, conforme a disponibilidade de profissionais habilitados, para prestar assistência técnica aos membros do Ministério Público durante a fiscalização das unidades de serviços socioassistenciais.

§ 1º A equipe referida no *caput* será composta por, no mínimo, 1 (um) assistente social, 1 (um) psicólogo e 1 (um) arquiteto ou engenheiro.

§ 2º Em caso de indisponibilidade parcial dos profissionais mencionados no § 1º deste artigo, poderão os membros do Ministério Público valer-se do(s) profissional(is) que esteja(m) disponível(is) para que este(s) preste(m) assistência em sua área de atuação.

§ 3º A indisponibilidade total de profissionais das áreas mencionadas no § 1º deste artigo não exime os membros do Ministério Público atuantes na defesa dos direitos da pessoa idosa do dever de realizar as inspeções.

§ 4º O membro do Ministério Público, na impossibilidade de realizar pessoalmente todas as inspeções referidas no art. 1º desta Instrução Normativa, poderá, de forma justificada, determinar que a inspeção seja realizada pela equipe

interdisciplinar ou um dos profissionais habilitados, mediante remessa de relatório preliminar para apreciação pelo órgão de execução.

§ 5º Na hipótese do § 4º deste artigo, deverá ser elaborado um plano de execução de fiscalização com calendário de visitas àquelas unidades às quais o membro do Ministério Público ficou impossibilitado de comparecer.

Art. 5º Os membros do Ministério Público deverão adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à implementação das Políticas Nacional, Estadual e/ou Municipal para a População em Situação de Rua e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente quanto a serviços, programas, projetos e benefícios destinados às pessoas em situação de rua.

Art. 6º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 15 de outubro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/PGJ/2019 - UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3129/2019).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, para atender o Ministério Público Estadual.

- Abertura das propostas: dia 31 de outubro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 17 de outubro de 2019 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 6/9/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 16 de outubro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/PGJ/2019 - UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 22/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/2981/2019).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de revestimento em parede, portas e instalação de forro, incluindo o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços, para atender o Ministério Público Estadual.

- Abertura das propostas: 30 de outubro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 17 de outubro de 2019 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 7/10/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Carla Maria Bagordakis;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz.
- Fiscalização Contratual: Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 16 de outubro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0631/2018 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Secretaria Municipal de Assistência Social-SAS, representado pelo Secretário – José Mário Antunes da Silva.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Estante de Aço: 01 unidade

Mesa para Computador: 01 unidade

Armário Alto: 02 unidades

Fogão: 01 unidade

Armário Baixo: 01 unidade

Quadro branco: 01 unidade

Data: 6.8.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1512/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Fraternidade Aliança Toca de Assis de Dourados/MS, representado por seu Diretor Presidente– Douglas Volponi Bindeli.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Conjunto Mesa de Cozinha: 4 unidades

Data: 6.8.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1660/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Comando de Policiamento de Área 1 (CPA-1)/Dourados-MS da Polícia Militar do Estado de MS, representado por seu Comandante – Givaldo Mendes de Oliveira

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Fragmentadora: 2 unidades

Cadeira Giratória: 16 unidades

Aparelho Telefônico: 1 unidade

Microcomputador: 14 unidades

Monitor de Vídeo: 14 unidades

Suporte de CPU: 23 unidades

Quadro Branco: 1 unidade

Fone de Ouvido: 4 unidades

Sofá Componível: 3 unidades

Cadeira Fixa: 5 unidades

Estação de Trabalho: 4 unidades

Mesa Reta: 6 unidades

Painel Divisor: 24 unidades

Gaveteiro Volante: 8 unidades

Armário Alto: 6 unidades

Impressora: 3 unidades

Scanner de Mesa: 1 unidade

Gaveteiro Fixo: 1 unidade

Data: 6.8.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE005292 DE 15.10.2019 DO PROCESSO PGJ/10/4015/2019**

Credor: L. F. DE SOUZA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 218,50 (duzentos e dezoito reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005292 de 15.10.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E FACULDADE NOVOESTE

Processo nº PGJ/10/2703/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FACULDADE NOVOESTE (NOVOESTE EDUCACIONAL LTDA)**, representada por seu Presidente, **André Rabello Akagi**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 17.07.2019 até 17.07.2021.

Data da assinatura: 17 de julho de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/3759/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SILVIO MANCUSI**, representada por **Silvio Mancusi**.

Licitação: Inexigida.

Amparo legal: artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de suporte técnico, upgrade de versão e atualização de preços para o *software* de orçamentação *Volare*, por 12 (doze) meses, para atender o Departamento de Engenharia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 14.362,98 (quatorze mil trezentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000200 de 02.10.2019.

Vigência: 05.11.2019 a 05.11.2020.

Data de assinatura: 15 de outubro de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/3192/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CLARO S.A.**, representada por seu Gerente de Contas, **Giovanni Marques Gamba**.

Licitação: Inexigida.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses e **reajuste** do valor estimado mensal deste Contrato em R\$ 12.615,32 (doze mil, seiscentos e quinze reais e trinta e dois centavos), em razão da aplicação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), o qual perfaz o percentual de 4,42% (quatro vírgula quarenta e dois por cento). Dessa maneira, o valor estimado mensal do Contrato passa a ser de R\$ 298.033,27 (duzentos e noventa e oito mil, trinta e três reais e vinte e sete centavos).

Valor mensal estimado: R\$ 298.033,27 (duzentos e noventa e oito mil, trinta e três reais e vinte e sete centavos).

Vigência/produção de efeitos: 10.10.2019 a 10.10.2020.

Data de assinatura: 09 de outubro de 2019.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/PGJ/2018

Processo PGJ/10/1847/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ronaldo Benkendorf**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: **Acrescer o valor de R\$ 15.930,30** (quinze mil, novecentos e trinta reais e trinta centavos) em virtude do aumento de vagas da função de Digitador, com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Valor mensal da contratação: R\$ 963.238,32 (novecentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 1º.10.2019 a 31.12.2019.

Data da assinatura: 30 de setembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0006/2019/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001455-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: A. P. e outros.

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, dano ao Erário e violação aos princípios que regem a Administração Pública (arts. 9, 10 e 11, da Lei 8.429/92), relacionados a concessão de benefícios fiscais pelo Governo Estadual à empresa JBS S/A, entre os anos de 2007 a 2015, mediante pagamento em contrapartida de vantagens ilícitas a agentes políticos.

Campo Grande, MS, 15 de outubro de 2019.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0020/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000620-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Águas Guararoba S/A

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na falta de notificação/aviso ao consumidor sobre o corte do serviço essencial do fornecimento água.

Campo Grande/MS, 16 de outubro de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0034/2019/02PJ/CBA

Inquérito Civil nº 06.2019.00001267-0.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2019.00001267-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Arnaldo Wald Filho

Objeto:

CLÁUSULA SEGUNDA: O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº para apurar a supressão vegetal de 32,95 hectares de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, atividade perpetrada no interior do imóvel rural “*Fazenda das Aroeiras*”, pertencente a *Arnaldo Wald Filho*, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares, bem como buscar as medidas reparatórias.

III – DO IMÓVEL RURAL

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado “*Fazenda das Aroeiras*”, matriculado no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Corumbá/MS sob os nºs 5.713, 5.714, 9.137 e 14.772, localizado no Município de Corumbá/MS, com área total de 5.697,4000 hectares (*Georreferenciado*), e consequentemente responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

IV - DAS OBRIGAÇÕES

Não construir, Instalar ou Realizar de Obras e Serviços Potencialmente Poluidores sem Licença ou Autorização dos Órgãos Ambientais Competentes

CLÁUSULA QUARTA: O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “*Fazenda das Aroeiras*” (*Matrículas nº 5.713, 5.714, 9.137 e 14.772*), sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

Parágrafo Primeiro: Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário.

Parágrafo Segundo: O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada hectare desmatado sem autorização ou em desacordo com a obtida.

Da Recuperação da Área Degradada ou Alterada de Mata Atlântica

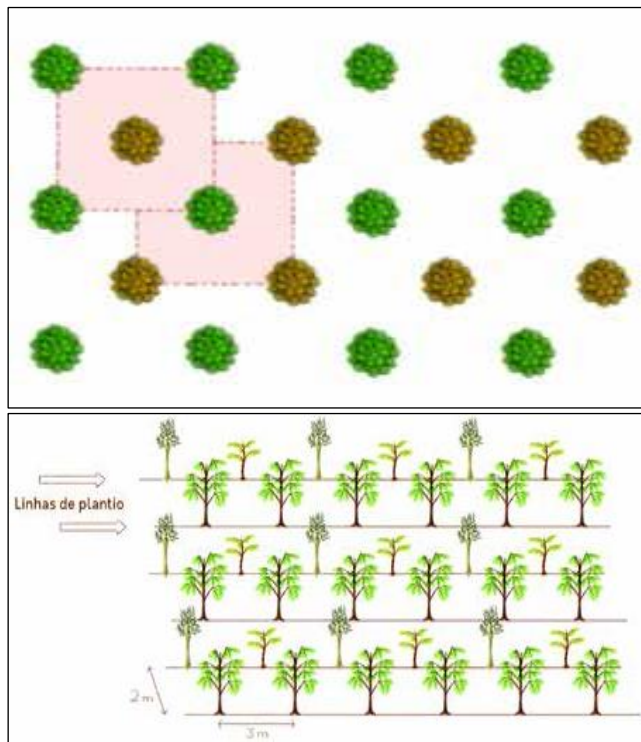
CLÁUSULA QUINTA: O Compromissário assume a obrigação de informar ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo, a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada – PRADA, visando a recuperação dos 32,95 hectares de vegetação de Mata Atlântica suprimidos no interior do imóvel rural “*Fazenda das Aroeiras*”, matrículas nº 5.713, 5.714, 9.137 e 14.772, pertencente a *Arnaldo Wald Filho*, consoante apontado no Parecer nº 79/19/CEIPPAM.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso.

CLÁUSULA SEXTA: O Compromissário assume a obrigação de iniciar a restauração dos 32,95 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, no prazo de 1 (um) ano a contar da assinatura deste Termo, por meio do plantio de espécies nativas (enriquecimento) conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas.

Parágrafo Primeiro: Para tanto, o Compromissário deve, no prazo de 1 (um) ano a contar da assinatura deste Termo, iniciar o isolamento e prevenção dos fatores de degradação, ou seja, a presença de semoventes, ocorrência de fogo, invasão por espécies exóticas, erosão e desmatamento, adotando providências ao isolamento/cercamento da área degradada/alterada, realização de aceiro, controle de espécies exóticas, processos erosivos e supressão vegetal.

Parágrafo Segundo: O Compromissário deve, no prazo de 1 (um) ano a contar da assinatura deste Termo, iniciar a realização do plantio, em linhas e covas alternadas, de 1.000 (mil) mudas/hectare das espécies vegetais nativas recomendadas para restauração das áreas de Mata Atlântica na região do Mato Grosso do Sul (lista anexa), classificadas como de “preenchimento/recobrimento” (P), “diversidade” (D) e “tolerantes ao encharcamento do solo” (ES), com espaçamento mínimo de 3 metros na linha e 2 metros na entrelinha, conforme modelo a seguir:



Parágrafo Terceiro: O Compromissário está ciente que 50% (cinquenta por cento) das mudas utilizadas no plantio deve ser do grupo de “preenchimento/recobrimento” e conter no mínimo 10 espécies diferentes e os outros 50% (cinquenta por cento) deve ser do grupo de “diversidade” e conter no mínimo 50 espécies variadas.

Parágrafo Quarto: O Compromissário está ciente que são considerados regenerantes as mudas arbóreas ou arbustivas acima de 0,50 metro de altura.

Parágrafo Quinto: Reconhece que a implementação no imóvel rural dos trabalhos de campo referidos nesta Cláusula é obrigação de resultado de exclusiva responsabilidade do Compromissário, além do que deverá estar executada no prazo de 1 (um) ano a contar da assinatura deste Termo.

Parágrafo Sexto: O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafos importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada dia de atraso e obrigação inadimplida.

Indenização pelos Danos Ambientais Pretéritos

CLÁUSULA SÉTIMA: Considerando a alteração adversa no Bioma da Mata Atlântica, em desacordo com a Lei Federal nº 11.428/2016 (Lei da Mata Atlântica), sem autorização ambiental, realizada junto ao imóvel rural “Fazenda das Aroeiras”, ora descrita no Parecer nº 79/19/CEIPPAM e documentos que o seguem, consubstanciada na supressão 32,95 hectares, obriga-se o Compromissário, a título de compensação pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil E quatrocentos e setenta e cinco reais), ou seja, aproximadamente R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada hectare desmatado, em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Corumbá, mediante transferência bancária (*Banco do Brasil, Agência nº 0014-0, Conta Corrente nº 44.403-0, CNPJ nº 03.330.461/0001-10*), quantia que será quitada em parcela única, com vencimento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do

TAC, e que será destinada aos custos de implantação do "*Projeto Centro de Quarentena para animais silvestres*", a ser desenvolvido pela Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, consoante proposta apresentada neste Órgão de Execução.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso.

Comunicação do Cumprimento das Obrigações

CLÁUSULA OITAVA: Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA NONA: O Compromitente poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no local e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo Compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sob pena da incidência da multa de 20 (vinte) UFERMS por cada descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o Compromissário ficará sujeito ao pagamento das multas respectivas, que serão revertidas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo Primeiro: Os valores das multas deverão ser recolhidos, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação, junto à instituição financeira *Banco do Brasil, Ag. 0014-0, Conta Corrente nº 44.403-0, CNPJ nº 03.330.461/0001-10*.

Parágrafo Segundo: Não sendo efetuado o depósito dos valores das multas, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público com atualização monetária e juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

Parágrafo Único: Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o Compromissário obriga-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar no contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se o Compromissário transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente do imóvel nas obrigações e multas pelo descumprimento. Se o Compromissário transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários junto com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas pelo descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do artigo 784, inciso IV, do novo Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 03 (três) vias de igual teor, assinadas pelo Compromitente e pelo Compromissário. A primeira via recebida pelo Compromissário neste ato; outra será juntada ao Inquérito Civil e a última permanecerá em pasta arquivada na 2ª Promotoria de Justiça.

Corumbá/MS, 23 de agosto de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

AROLDO WALD FILHO
Proprietário/Compromissário

MÁRIO MAURÍCIO VASQUEZ BELTRÃO
Procurador

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 007/2019/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001434-6, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001434-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Camapuã-MS

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar eventuais irregularidades no pagamento da aposentadoria da servidora Irene Vieira de Oliveira”.

Camapuã - MS, 09 de outubro de 2019.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES
Promotor de Justiça

EDITAL N. 008/2019/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001425-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001425-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Camapuã

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar a regularidade da contratação da Empresa Brasil Assessoria em Gestão Pública Ltda pela Prefeitura Municipal de Camapuã”.

Camapuã - MS, 09 de outubro de 2019.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES
Promotor de Justiça